



Matrizes

ISSN: 1982-2073

ISSN: 1982-8160

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Rüdiger, Francisco

**Projeto perdido: os estudos de jornalismo e a via italiana
para sua transformação em ciência durante a era fascista**

Matrizes, vol. 13, núm. 3, 2019, Setembro-, pp. 59-87

Universidade de São Paulo

Brasil

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p59-87>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143066289006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Projeto perdido: os estudos de jornalismo e a via italiana para sua transformação em ciência durante a era fascista

Lost project: journalism studies and the Italian way to its conversion into a science during the Fascist era

FRANCISCO RÜDIGER ^a

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre – RS, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamentos de Filosofia e Comunicação. Porto Alegre – RS, Brasil

RESUMO

O artigo relata em primeira mão, para a comunidade acadêmica de língua portuguesa, as origens, as teses e a fortuna da iniciativa que pretendeu criar uma ciência do jornalismo à época do regime fascista italiano. O estudo é histórico e analítico. A primeira seção contextualiza o assunto. A seguinte apresenta informações sobre seus antecedentes e formulações. Resumindo estudos sobre as ideias de Paolo Orano e Francesco Fattorello, a terceira e quarta seções mostram como a proposta de desenvolver a teoria supôs a história do jornalismo e os termos com que se estabeleceu o programa de estudos da sua ciência. A conclusão fornece indicações sobre como o conjunto do projeto foi abortado com a queda de Mussolini.

Palavras-chave: Estudos de jornalismo, Itália, ciência do jornal, teorias do jornalismo, fascism

^a Professor das Universidades Católica e Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica. Publicou recentemente *Síntese de história da publicística: estágios reflexivos da ciência da comunicação pública alemã* (2019). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1859-5394>. E-mail: frudiger33@gmail.com

ABSTRACT

This article reports for the first time to the Portuguese-speaking academic community the origins, theses and fortune of the initiative that sought to create a science of journalism during Fascist Italy. The study is both historical and analytical. At first, it makes a summary contextualization of the subject and informs about its origins and propositions. Examining Paolo Orano's and Francesco Fattorello's ideas, the following sections reveal how the proposal to develop a theory supposed an invocation to history of journalism and the ways its science was theoretically organized into a detailed research program. The conclusion shows how the whole project was aborted with the fall of Mussolini.

Keywords: Journalism studies, Italy, newspapers science, theories of journalism, fascism

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p59-87>

OS EXEMPLOS SUÍÇO, tcheco e francês são, à luz da pesquisa, prova de que os estudos de jornalismo com pretensão de autonomia acadêmica surgidos na primeira metade do século XX souberam reclamar ou admitiam fundamentação hermenêutica de conteúdo liberal e perspectiva democrática (Rüdiger, 2017, pp. 22-43). O exame do assunto, todavia, também revela que os principais esforços no sentido de converterem-nos em ciência se deram em países onde, no mesmo período, triunfaram regimes de acento coletivista e totalitário (Rüdiger, 2017, pp. 85-201).

A Itália de Mussolini, em que pese não ter tido o papel de centro irradiador deste movimento comandado pelos acadêmicos alemães, ilustra bem o caso. O país, sabe-se, não passou incólume pelo processo que, a partir da virada para o século XX, pôs em crise a velha ordem liberal burguesa (Barbagallo, 1995). A Guerra de 1914, os contrastes econômicos, os conflitos de classe e o avanço dos movimentos extremistas repercutiram na vida nacional (Duggan, 2007, pp. 338-403). A opinião pública se expandiu e passou a ser disputada por forças cujo denominador comum era a contestação radical do individualismo, do liberalismo e da democracia; a correspondente defesa do coletivismo, do autoritarismo e do estatismo (Gregor, 1969).

Instaurado o regime fascista em 1922, estas tendências passaram a influir de modo direto na imprensa. Houve uma profunda mudança não apenas no marco político e na forma de atuação do jornalismo (Forno, 2005). No tocante à reflexão, avançou sobre a imprensa um novo pensamento, influenciado, em parte, pela experiência de guerra, noutra, pela difusão da doutrina bolchevista (Gentile, 1996). Desenvolveu-se uma concepção da atividade jornalística em meio a qual e indo além do registro mais imediato (Pedrezza, 1937), prosperaria durante alguns anos, entre setores da intelectualidade fascista, o projeto de converter o jornalismo em objeto de ciência posto em circulação em várias partes da Europa (Rüdiger, 2017, pp. 40-43).

Apresenta-se neste artigo um relato histórico e analítico de primeira mão, baseado em pesquisa documental de fontes primárias, sobre o que veio a constituir esta iniciativa. A seção que segue procede à rápida contextualização do assunto. A seguinte informa sobre os primeiros sinais de interesse em estudar o jornalismo no país. Amparando-se em estudo sobre a obra de Paolo Orano, a terceira mostra como a proposta de desenvolver a teoria supôs a história do jornalismo. A quarta sintetiza a passagem desta última para a proposição de um programa de pesquisa científico, focando nos estudos de Francesco Fattorello.

A conclusão acrescenta à informação de que a reflexão epistemológica não esteve ausente do projeto italiano no sentido de desenvolver a ciência do jornalismo um resumo sobre a fortuna desta última e de seus sujeitos, destacando os

prejuízos resultantes de sua associação com as doutrinas e planos institucionais do regime fascista.

Observe-se que não cabe no texto especular sobre as relações, viscerais ou não, com o sistema político que o referido projeto teria hipoteticamente entretido, à luz de uma outra reflexão sobre o fascismo italiano. Apontou-se neste artigo apenas o que as fontes consultadas autorizam. Também se evitou explicitar crítica para o que o evidente anacronismo de parte do tema em foco já se encarregou de tornar objeto preferencial de erudição historiográfica. Nosso foco, no tocante à crítica, vai até onde a matéria permite: isto é, às polêmicas surgidas dentro do pensamento jornalístico fascista. Argumentar sobre o que, no assunto, está vivo para os estudos jornalísticos de nosso tempo só faz sentido a partir do estabelecimento das informações e conhecimento do repertório de conceitos e questões legado pelos pioneiros da teorização italiana¹.

O FASCISMO ITALIANO E SUA CONCEPÇÃO DE IMPRENSA

Após sua unificação em 1870, a Itália assistiu a um período de expansão da imprensa periódica que, embora modesto, devido aos altos índices de pobreza e analfabetismo da população, levou à consolidação, pelo final do século, de um modelo de jornalismo caracterizado pelo partidarismo político e o ensaísmo literário (Forno, 2012, pp. 21-58; Murialdi, 1996, pp. 59-87). Talvez não seja exagero afirmar que entre os italianos jornalismo era, à época, sinônimo de um gênero literário de acento político e cunho cotidiano, em que a forma dominante era a crônica, e o significado social mais amplo o de educação (*formazione*). O jornalismo era, em resumo, entendido como um misto de tribuna política e prática literária, atividade intelectual encarregada da missão de formar espiritualmente a opinião pública italiana (Barbieri, 1942).

“Sendo missão do jornal, muito mais que informar, discutir e julgar, o primeiro plano pertence às folhas literárias. O jornal que se limita a dar notícias, exceto talvez na parte política, representa uma fase secundária da história do jornalismo”. A notícia pura e simples se limita a satisfazer a curiosidade. “A propaganda de ideias”, ao contrário, tem um sentido educativo, constitui “a verdadeira missão do jornalismo”, processo “de difusão da literatura em sentido amplo” (Panella, 1930, pp. 2-3).

Entrando no século XX, salientou-se, é certo, o aspecto empresarial do jornalismo, com o aparecimento de preocupações no sentido de aumentar as receitas e expandir o negócio. A perspectiva de ampliação do mercado abriu espaço para a exploração da crônica sensacionalista. No principal, porém, seguiu predominante o teor literário, já que a circulação não avançou muito fora dos

¹ Sempre que factível com documentos, procurou-se mostrar as contradições e debates que, surgidos em meio ao fenômeno examinado, ajudaram a definir-lhe os contornos, como verá o leitor interessado. À falta de literatura especializada sobre o assunto, o leitor, por outro lado, não encontrará revisão e/ou arbitragem de questões historiográficas. Fora o estudo de Isnenghi (1979), em relação ao qual o presente trabalho pretende ser bem mais informado, parece não haver outras fontes secundárias a respeito da matéria (vide, contudo, as notas 15 e 21). Pierluigi Allotti (2014) se limita a situar os estudos desenvolvidos no período em sua revisão da historiografia a respeito do assunto. Sobre a Escola de Jornalismo (1930-1933), fundada por iniciativa de Amicucci, há monografia detalhada, cujos resultados não contestamos, escrita por Gallavotti (1982). Complementarmente apenas, a obra apresenta algumas informações sobre a ciência do jornalismo italiana (pp. 108-114).

segmentos intelectualizados da população. Os jornais se diversificaram com o aparecimento dos partidos populares de esquerda e de direita que, por seu intermédio, promoveram a radicalização do discurso político na esfera pública. A falta de popularidade da imprensa ainda assim não chegou a ser superada, dada a permanência da pobreza e a falta de instrução das massas (Forno, 2012, pp. 59-88; Murialdi, 1996, pp. 89-131).

² Até por razões de espaço, a problemática histórica e política do fascismo italiano, presente lateralmente no curso de nossa argumentação (vide referências), se coloca fora de discussão neste trabalho. Revisão crítica das perspectivas aparecidas até 1970 encontra-se em De Felice (1978). Após a síntese proposta por Mandel (1974/1987), é fato que despontou novo ponto de vista.

Seguindo a relativização da análise classista iniciada por De Felice, seu desenrolar mais amplo pode ser acompanhado conferindo-se as obras de Gentile (1982; 1993; 1996; 2002). Vale, por fim, conferir a síntese histórico-sociológica proposta por Dogliani (2017).

³ Passando a ser interpretada como cultura, a ação humana, na modernidade, tende a exigir o cuidado do que lhe seria mais essencial, a cultura, pelo que se apresenta como o mais poderoso (o mercado, o Estado). “A essência da cultura . . . apoia-se no cuidado de si mesma e, assim, em sua realização como política cultural” (Heidegger, 1938/1995, p. 76).

⁴ “A Itália não era um país com um público leitor massivo”. A leitura de jornais não estava amplamente difundida. “A comunicação estava ligada à ação física e à conversação, em vez do veículo impessoal que representa a imprensa” (Berezin, 1997, p. 248, no original: “Italy was not a country with a mass reader public . . . Communication was linked to physical action and to conversation, and not to the impersonal vehicle of print”).

Inspirando-se no regime comunista soviético, o fascismo chegou ao poder em meio a esta situação com a pretensão de, mais que lhe reprimir (Forno, 2005; Murialdi, 1980), restaurar a missão originária do jornalismo, seu caráter educativo, para, com tanto, poder dispor de um instrumento com que visava pôr em prática seu projeto de criação de um homem novo e desenvolvimento de uma nova civilização (Gentile, 1982, 1993; Zunino, 1985/2013)². O movimento promoveu uma espécie de culto secular moderno sobre o Estado e a nação que repercutiu na vida cotidiana, e não deveria ser reduzido a um conjunto de ações visando controlar as massas através dos meios de propaganda, como defende sua visão mais antiga (Calamandrei, 1944/2014; Cannistraro, 1975).

Conforme observa Michael Mann (2008), “o fascismo italiano não era um movimento unitário”, abrangendo “tendências e facções as mais diversas – socialistas, sindicalistas, estatistas, nacionalistas, conservadores, *squadristi* radicais e reacionário agrários” (p. 184). O respaldo a ele dado pelas forças tradicionalistas conflitava com os planos de outras para modernizar o Estado e o conjunto das instituições. O jornalismo, veremos em seguida, o ilustra. O regime comportava projeto de modernização que tensionava internamente suas instituições, impedindo a caracterização de suas iniciativas como puro e simples reacionarismo.

Singular aos movimentos totalitários sempre foi o fato de, mais que usarem, confundirem-se com máquinas de propaganda. Havia na Itália, entretanto, um problema com este último termo, ainda muito ligado ao proselitismo religioso feito pela Igreja Católica. Por isso, o Ministério da Imprensa e Propaganda que o regime criou em 1935 não manteve o nome por muito tempo. Dois anos depois passou, com alguma propriedade, a se chamar Ministério da Cultura (Amicucci, 1938, pp. 93-102). Fazer política cultural era intrínseco ao fascismo, como, em graus distintos, o foi e é em todos os Estados totalitários, já observava Heidegger³.

Nesta perspectiva, empregaram-se na Itália, muito mais que a imprensa, a arquitetura, o esporte, a fábrica, a escola, o cinema, as concentrações etc. (Zamponi, 2003). Devido ao problema do analfabetismo, que o regime pretendia erradicar, a imprensa italiana possuía, comparativamente, pouco apelo massivo (Sangiovanni, 2012, pp. 163-228)⁴. Influindo nos meios

intelectualizados era, todavia, estratégica para a liderança fascista, que, em seu trato com a coisa, lançou mão ao mesmo tempo do incentivo e do controle, do prêmio e da punição⁵.

Como fez em praticamente todas as áreas da vida nacional (Thompson, 1991, pp. 98-139), o fascismo atuou profundamente no jornalismo italiano. Movimento formado, em seu núcleo, por intelectuais (Isnenghi, 1996, pp. 127-148), naquele interveio de modo polimorfo, que precisa ser visto sem simplificação.

Assim, houve, por um lado, a abolição da liberdade de imprensa, o fechamento dos órgãos oposicionistas, a violência contra jornalistas insubmissos, o controle oficial da profissão, a censura ao noticiário e outras medidas repressivas (Forno, 2005, pp. 7-73; Murialdi, 1980; Talbot, 2007, pp. 77-104). De outro, porém, convém lembrar que não faltaram patrocínios e incentivos à sustentação financeira e industrial das empresas, à expansão e aprimoramento da atividade editorial, à circulação e leitura dos periódicos, à proteção, organização e preparo dos profissionais etc. (cf. Allotti, 2012; Amicucci, 1938; Drespi, 1933; Forno, 2005, pp. 75-120; Murialdi, 1980).

Apesar de terem surgido grupos defendendo a estatização da atividade (Zerbi & Marzo, 1936), venceu o debate interno ao partido a fração favorável à sua manutenção em mãos do setor privado (Assante, 1937). Mussolini fizera clara a doutrina do regime ao afirmar, em célebre conferência com os diretores dos principais jornais e revistas do país (“O jornalismo como missão”, 10 de outubro de 1928, reproduzida em Pedrezza, 1937, pp. 86-95), que ficara para trás a época da liberdade irresponsável e do subjetivismo no jornalismo. Decidira o Grande Conselho do Fascismo que, na Itália, este seria um serviço público oferecido à nação pela empresa privada sob fiscalização e eventual direção por parte do Estado. Chegara a hora de, via política de Estado, regenerar a missão que o jornalismo, sob impacto da plutocracia e do bolchevismo, inimigos maiores da nação, havia perdido durante a era liberal (Orano 1939, pp. 189-288; cf. Allotti, 2017, pp. 49-83; Forno, 2005, pp. 121-168).

Significa que o regime manteria o princípio, oriundo da época anterior, segundo o qual o jornalismo era uma literatura cotidiana de caráter educativo, todavia renovando-o com a tese de que, sendo força que deveria servir à nação, só o poder de Estado lhe garantiria a integridade (Mazzatosta, 1978). Na Itália, vimos, o jornalismo assumira a condição de propaganda secular:

Quando se fala da função educativa do jornal se faz alusão evidentemente ao elemento “ideal” próprio ao jornal. Se o jornal pode educar . . . o pode sobretudo na medida em que desenvolve . . . obra de propaganda, influenciando sobre a massa dos leitores⁶. (Barbieri, 1942, p. 41)

⁵ Entre muitos fascistas, a atividade de propaganda pela imprensa cedo se tornou uma espécie de arte pela arte, uma prática autotética, narcisista, em si mesma gratificante, cuja eficácia era secundária ou irrelevante, mas ensinou o surgimento, em parte interesseiro, de um verdadeiro culto da edição e publicidade, como observou um estudioso contemporâneo: “Todo jovem fascista com ambição pensa que é seu dever ter sua própria revista, sendo fato também que grande parte dos empregos no governo é preenchida por jornalistas que obtiveram sucesso fazendo barulheira em tom ao mesmo tempo forte e obediente” (no original: “Every ambitious young fascist thinks it his duty to have his own journal; and as matter of fact, the government fills a large percentage of its jobs with journalists who have succeeded in making a loud and loyal noise”. Schneider, 1928, p. 237; cf. Amicucci, 1938; Berezin, 1997, pp. 96-100; Isnenghi, 1996, pp. 253-288).

⁶ No original: “Quando se parla di funzione educativa dal giornale si fa alusione evidentemente all'elemento 'ideel' del giornale stesso. Se il giornale può educare . . . esse lo può soltanto in quanto svolge . . . opera di propaganda, influenzando profondamente sulla massa dei lettori”.

O fascismo, em geral, se limitou a redirecionar esta função em favor do regime. “A imprensa não é expressão da opinião pública, mas sua inteligência guia”, justificavam seus teóricos do jornalismo. A imprensa é livre “no âmbito legal do regime”, podendo, como um de seus braços, “exercer funções de controle, de crítica e de propulsão [das instituições]” (Barbieri, 1941, p. 78).

A democracia liberal e plutocrática teria imposto ao jornalismo a anarquia moral e ideológica em nome do lucro e para prejuízo da nação. O fascismo lhe resgataria a essência, isto é: a crônica da vida nacional, o relato cotidiano de seus dramas e progressos – mediante a supressão do interesse privado e o banimento do partidarismo (Grazia, 1981).

As tendências intrínsecas à atividade empresarial e à americanização da vida local iniciada no final da guerra haviam acirrado a exploração dos *fait-divers* por parte da imprensa. A reportagem passara a ter acento menos literário, e o noticiário a ter variedade e extensão, adquirindo cunho mais objetivo, para ir se distanciando do formato clássico e beletrístico da crônica.

O fascismo se apresentou teórica e publicamente, talvez para obter mais legitimação, como uma forma de combate à tendência jornalística, então aparecida, de veicular *atos anormais* e cultivar *morbidez cotidiana*, em suma: ao sensacionalismo (*cronaca nera*), estimulando o desenvolvimento de seu sentido educativo, a fim de, supostamente, devolver à imprensa sua *função nacional e política* dentro do Estado (Fattorello, 1929b; Talbot, 2007, pp. 81-82).

A política oficial de acento moralizante, todavia, não breou o avanço dos formatos noticiosos e modernos. Os rumos da imprensa periódica eram matéria de conflitos e tensões entre os sujeitos políticos do regime (Marzo, 1932; Rivoire, 1932). O jornalismo informativo, apesar de criticado pelo oficialismo, tinha apoio, por mais autoritário que fosse o viés, das forças modernizadoras (Ben-Ghiat, 2001). O fato de os jornais e revistas mais e mais lançarem mão do texto informativo não era, de acordo com estas últimas, algo a ser pura e simplesmente condenado. As formas noticiosas e técnicas de reportagem de procedência anglo-saxônica deveriam ser em parte adaptadas, noutra aprimoradas – postas a serviço do desenvolvimento da imprensa italiana.

Presidente do Sindicato e importante hierarca do regime, Ermanno Amicucci (1890-1943) foi o maior porta-voz deste pensamento (Forno, 2003). Em 1928, encontramo-lo representando seu país na Exposição Internacional de Imprensa realizada em Colônia. Durante a ocasião, por certo tomou conhecimento da realização do I Congresso Internacional de Ciência do Jornal. Toda outra, porém, era sua visão acerca do papel e da função da universidade em relação ao jornalismo, considerando que sua visão surgiu sob influência dos Estados Unidos, em vez do que se fazia e se pensava na Europa⁷.

⁷ Outro sinal da presença desta ala do movimento fascista na área aqui abordada foi a receptividade, ainda que igualmente seletiva, dada por seus sujeitos aos métodos e técnicas de pesquisa de opinião pública de origem norte-americana (Rinauro, 2002, pp. 105-184).

O pensamento dominante entre o pessoal ligado à imprensa italiana rezava, à época, que o jornalista precisava ter instinto e se formava na prática; que o jornalismo era questão de talento literário, político e moral, algo que “não se aprende na escola” (Parisi, 1919, p. 256). A profissão tinha um cunho anárquico, era aviltada e estava cheia de problemas – mas não seria com cursos que se resolveria esta situação (Ciccotti, 1918). O jornalista “se formaria por conta própria, nas mesas da redação e no contato com a realidade”, jamais “numa escola de jornalismo, onde se pode doutrinar, distribuir diplomas, mas não há jeito de se preparar um jornalista” (Parisi, 1919, p. 250).

Nesta ótica haveria, portanto, razão para ter faltado eco ao chamado de Domenico Manzoni (1844-1891) para se criar uma escola na região ocupada do Friul, tanto quanto para o fracasso do curso que Rocco Galdieri, igualmente jornalista, tentara criar na Universidade de Nápoles em 1900 (Goria, 1907, p. 207).

Visita à Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia (1927), entretanto, convenceu Amicucci (1928, pp. 78-83) de que estavam certos os que pregavam uma renovação dos métodos de trabalho e formas de exposição do jornalismo italiano com a ajuda da academia. O paradigma beletrístico se tornara anacrônico, devendo ser superado por outro, técnico e profissional, embasado teoricamente na ciência política fascista e desenvolvido em escola especializada de nível superior (Gallavotti, 1982).

Ainda no início do século, Croce (1908) reclamara a separação entre literatura e jornalismo, vistos à época como sinônimos, denunciando a falta de autonomia e originalidade da inteligência jornalística. Apesar de haver jornalistas capazes de se expressarem com arte, existiria uma incompatibilidade entre a literatura e o jornalismo. Este seria uma atividade política, que, ao contrário da arte, não tem preocupação com a forma e o espírito; visa, sobretudo, “aproveitar o momento, ganhar uma causa, causar efeito no público” (pp. 235-236).

Autor de estudos históricos e jurídicos (1935, 1938), Amicucci (1928) paradoxalmente convergiu com Gramsci (1930/1978, pp. 191-193), seu antípoda ideológico, ao adotar a tese pelo outro lado, isto é, do ponto de vista do jornalismo. Em seu ver, a “concepção pseudoliterária” em que aquele se sustentava deveria dar lugar à “observação dos fatos”; o “jornalismo livresco” e o “sedentarismo de gabinete”, à prática de reportagem e ao aprimoramento do noticiário, à atenção ao cotidiano: era tempo de, assim, “popularizar o jornalismo” (Amicucci, 1928, pp. 85-88). Em resumo, a revolução fascista deveria ser mais abrangente no tocante ao assunto, “renovar seu espírito, técnica e mentalidade”, todavia sem perder de vista “a função educativa da imprensa periódica, as exigências do interesse nacional” (p. 89).

Ao jornalista caberia “recordar que ele deixou de ser cidadão privado, que expressa livremente sua opinião sobre o que bem desejar”. No fascismo, ele não pode ser apenas mais um “que expressa qualquer ideia que lhe martele o cérebro”. Ao contrário, precisa se tornar alguém “que obedece à ideologia e segue a hierarquia”, sujeito “em cuja conduta e pensamento estão comprometidos o partido e o regime” (Gentile, 1927, p. 101).

Apoiada pelos setores de vanguarda da intelectualidade fascista, a proposta do sindicalista culminou com a criação e abertura, em 1930, da Escola Estatal de Jornalismo (Roma). Todavia durou muito pouco a experiência, baseada no oferecimento de cursos de dois anos, ao cabo dos quais se formariam 60 estudantes (Gallavotti, 1982, pp. 23-28). Amicucci não conseguiu obter do Estado a exigência de diploma para o exercício da profissão, o que provocou a perda de sentido do curso aos olhos de muitos interessados. Após sua saída do Sindicato, as forças que se opunham à iniciativa – Aldo Valori, seu sucessor, à frente – manejaram para que a escola fosse fechada em 1933 (Gallavotti, 1982, pp. 97-103)⁸.

Em resumo, pode-se afirmar, por isso, que, durante a era fascista, os jornais se aprimoraram em termos gráficos e empresariais. No geral, porém, os protocolos jornalísticos e editoriais não progrediram. No essencial, permaneceram presos à “tradição nacional”, que exigia do jornalismo a “proeminência dos valores intelectuais e políticos sobre aqueles estritamente [técnicos] econômicos e empresariais”.

⁸ De resto, considere-se que, segundo Mussolini, “o jornalismo é antes de tudo um instinto: ... se nasce jornalista” (citado em Berezin, 1997, p. 96).

⁹ No original: “In Italia questi giornali moderni, detti d’informazione, non hanno avuto il successo che altri paesi possono vantare, per la ragione che il lettore italiano non sa disinteressarsi della politica e cerca, come ha sempre cercato, nel giornale prediletto, non soltanto l’esposizione asciutta dei fatti, ma un’interpretazione dei fatti; questa qualità del lettore italiano e la necessità del fascismo di servirsi della stampa quotidiana come d’uno strumento di propaganda della sua dottrina e di critica delle avverse dottrine, hanno permesso ai giornali italiani di non cadere negli eccessi del giornalismo puramente informativo, di tipo americano, senza peraltro fermarsi a quel genere di giornalismo d’opinione e di partito che fu tipico del secolo scorso”.

Na Itália, os jornais modernos, ditos de informação, não têm tido o sucesso obtido em outros países, porque o leitor tem interesse em política e segue procurando em seu jornal de preferência, mais que a pura e simples exposição dos fatos, uma interpretação a seu respeito; esta característica do leitor italiano e a necessidade do fascismo de se servir da imprensa cotidiana como instrumento de propagação de sua doutrina e de crítica às doutrinas adversárias têm permitido ao nosso jornalismo evitar os excessos do jornalismo puramente informativo, de estilo americano, sem se encerrar no jornalismo de opinião e de partido que marcou o século passado⁹. (Fattorello et al., 1933, p. 206; cf. tb. Pedrezza, 1937, pp. 38-45)

O jornalismo fascista era, idealmente, um jornalismo tecnicamente ágil e moderno, em que as tendências supostamente anárquicas ou subjetivistas da opinião pública da era liberal, responsáveis por gerar discussões improdutivas e a crítica irresponsável, seriam superadas pela prestação de serviço privado à causa nacional encarnada na construção de uma máquina estatal apta a enfrentar os inimigos e se impor ao mundo (Rassak, 1927, pp. 167-191).

ORIGENS E SENTIDO DOS ESTUDOS DE JORNALISMO NA ITÁLIA

Disso tudo resultou que, a exemplo dos demais países europeus, mas por motivos singulares, também na Itália o surgimento do interesse em estudar academicamente o jornalismo, certo ou não, se manteve alheio ou distante do problema da formação profissional da classe jornalística. Contudo, houve compensação, visto ter se iniciado, em paralelo com as inovações introduzidas na atividade e na profissão, a retirada do jornalismo da esfera epistemológica dos estudos literários. Vinha esta relação das iniciativas pioneiras de Luigi Piccioni (1870-1955), professor da Universidade de Turim. Ainda antes da Guerra, começara ele a dar cursos sobre a matéria e fazer publicações, iniciando com “O jornalismo literário na Itália” (1894). Seguiu-lhe a “Resenha histórica do jornalismo”, série de artigos que publicou na *Revista da Itália* (1913-1917) e na *Resenha Nacional* (1917-1927), visando atenuar o problema “dos poucos resultados positivos que a pesquisa dera à história do jornalismo italiano” (Piccioni, 1920, p. 6).

Avançando o regime fascista, entretanto maior que a preocupação em formar profissionais (Gallavotti, 1982), surgiu o interesse em legitimar academicamente sua concepção de jornalismo e preparar pessoal para monitorar e, sempre que necessário, intervir com conhecimento acadêmico especializado neste território. Apareceu a disposição para, com base em abordagem histórica, elaborar não apenas uma teoria, mas, em sintonia com os projetos europeus do momento, elaborar uma ciência do jornalismo, conforme anunciou Francesco Natoli (1934).

Pioneiro na abordagem acadêmica do assunto, Piccioni (1910) foi, desde o início, voz forte contra este movimento, argumentando que a expressão “ciência do jornalismo” seria ilegítima, pois o jornalismo não seria objeto de ciência especializada. Os estudos literários e as ciências políticas poderiam abordá-lo, sem ter de fazer invencionice na universidade. Para o autor,

não haveria razão para que o estudo de um jornal ou da obra de um jornalista, das suas transformações, das suas tendências, de seu espírito em um determinado momento histórico deva ser conduzido com métodos diversos daqueles seguidos pelo estudo de um acontecimento político ou de uma obra literária¹⁰. (Piccioni, 1939, p. 147; cf. Barbieri, 1942, pp. 13-15)

Todavia, o clima na academia acabara mudando, impactado pelo respaldo oficial à nova área de estudo e pelo incentivo ao desenvolvimento binacional da cooperação acadêmica surgido após a assinatura do pacto com Hitler.

Quem [agora] duvida que o conhecimento do desenvolvimento histórico da imprensa, da sua essência, da sua influência e da influência que sobre ela exercem a

¹⁰ No original: “Né vedo . . . ragione per cui lo studio di un determinato periódico, o dell’opera di determinato giornalista, e delle sua vicende, dele sua tendenze, del suo spirito in un particolare momento storico, debba esser condotto com metodi diversi da quelli che sono seguiti par lo studio di un determinato avveniment politico o di una determinata opera letteraria”.

¹¹ No original: “Chi può dubitare che la nozione dello sviluppo storico della stampa, della sua essenza, della sua influenza e dell’influenza su di essa esercitata della politica e dall’economia, non possa, non debba anzi far parte della cultura generale moderna, come le nozioni generali della storia e quella della letteratura?”.

política e a economia não possa, não deva fazer parte de uma cultura geral da mesma forma que tomam parte nele a história e a literatura?¹¹ (Fattorello, 1940, p. 58)

Conforme se lê em Natoli (1934, p. 71), o fascismo não ficara para trás em comparação com alemães e franceses ao reconhecer que, tendo se transformado em *força moderna*, o jornalismo passara a exigir uma *sistematização teórica*, cujo objetivo maior era torná-lo objeto de ciência. Prova insofismável disso seria, aliás, a criação da cátedra de história do jornalismo na Faculdade Fascista de Ciência Política, estabelecimento criado por Mussolini na Universidade de Perugia em 1927. O regime definira o marco institucional para o tratamento do assunto, ao estabelecer o contraponto entre liberalismo e totalitarismo. O próximo passo seria, evidentemente, conduzir o assunto para a academia com o objetivo de desenvolver a filosofia política, em vez de literária, do jornalismo para, em seguida e naquela base, iniciar seu estudo científico (p. 76).

De Perugia havia partido a marcha sobre Roma, assim como dela deveria partir também a “marcha da ideia fascista”. A peculiaridade da Faculdade Fascista de Ciência Política residia no fato de que era a primeira a surgir “com a função de não apenas elaborar cientificamente as ideias jurídicas, políticas e sociais do fascismo [como] também a de preparar os fascistas para ocupar os postos mais importantes do estado, tanto nas corporações, na administração ou na diplomacia quanto na política e no jornalismo”¹². (Reitor, Sergio Panunzio [1928], citado em Di Nucci, 2011, p. 82)

A tendência a introduzir o jornalismo como matéria de ensino universitário não teria a ver, portanto, com o ensino preparatório para o seu exercício profissional.

A finalidade [de um centro de estudos a respeito] é submeter o fenômeno jornalístico a uma disciplina sistemática e científica; colocar os resultados deste estudo à disposição da cultura geral [de todos os interessados, e não apenas dos jornalistas]¹³. (Fattorello, 1940, p. 57)

A formação profissional, fora aceito, era importante: informar sobre os fatos e promover o preparo intelectual da nação eram agora missão cívica; havia consenso de que o talento literário era significativo; sem ele faltaria laço com a nação. Mas acordou-se também que a promoção do conhecimento especializado e o preparo científico e filosófico de pessoal para cuidar do assunto nos postos de comando e nas carreiras do Estado não poderia ser descuidado (Natoli, 1934, pp. 74-75).

¹² No original: “De Perugia era partita la marcia su Roma e doveva partire anche la ‘marcia dell’Idea fascista’. La peculiarità della Facoltà Fascista di Scienza politiche risiedeva nel fatto che era la prima che sorgera ‘non soltanto con la funzione di elaborare scientificamente le idee giuridiche, politiche e sociali del Fascismo [ma] anche con la funzione di preparare i fascisti a coprire i posti importanti nello stato Fascista, così nelle corporazione, nell’amministrazione o nella diplomazia, come nella politica e nel giornalismo”.

¹³ No original: “La finalità è sottoporre il fenomeno giornalistico ad una disciplina sistematica e scientifica: mettere i risultati di questi studi a disposizione della cultura generale, ecco i fini di questo centro di studi”.

Talbot (2007) ajuda a esclarecer o assunto observando que “Mussolini sabia como dirigir um jornal e se cercou de gente da área, colocando ex-jornalistas e pessoal da imprensa em posições de grande influência dentro de seu governo” (p. 77). Após a criação do Ministério da Imprensa e Propaganda, eles deslocaram o foco de suas ações da “vigilância e censura preventiva para a propaganda e censura produtiva, passando a moldar a agenda noticiosa” (pp. 80-81). Segundo Rizzo Vitale, um porta-voz da categoria, “sendo jornalistas, somos também filhos do tempo, não temos como nos subtrair à compreensão de nossa época: ao contrário, devemos inexoravelmente a encarnar”. O fundamental era, portanto, os profissionais assimilarem que:

O jornalismo perdeu a fisionomia tradicional de ofício fácil, se tornou um aprendizado de responsabilidades, não apenas no plano político, mas também e principalmente no moral. . . . A época em que o noticiário sensacionalista [*cronaca nera*] e a calúnia bastavam para fazer um jornal ficou para trás. Definindo os conceitos vitais, sociais e patrióticos em bases essencialmente éticas, o fascismo se tornou a alma de novos valores, grandes e originais. Para aquele que deseja escrever, não falta matéria, mas não há mais lugar para os espíritos malfeitores e vazios¹⁴. (Rizzo Vitale, 1934, pp. 44-45)

Em meio ao confronto entre democracia e totalitarismo, o jornal se tornara “porta-voz das ideias em luta”. Os jornalistas assumem responsabilidades mais graves. As escolas podem ser “centros de irradiação de uma profissão”. A universidade, todavia, precisa ir além, precisa se dotar “de um método, de uma doutrina que informe [o jornalismo] de acordo com os ideais mais altos em que cada país se inspira” (Fattorello, 1938, p. 10). O fato de o jornalismo ter função política essencial, impactar na formação da opinião pública, “tocar na história e no Estado” era motivo mais do que suficiente para justificar-lhe o estudo crítico e erudito, em seus aspectos evolutivos, jurídicos e políticos, por parte da universidade (Natoli, 1934, p. 76).

Objetivamente, significa que o estudo científico do jornalismo não deve perder de vista um sentido prático, mas este não é o cívico ou o profissional, tendo a ver com o conhecimento aprofundado, por parte do pessoal destinado a ocupar cargos de liderança, do que era visto como “uma das mais poderosas funções das sociedades nacionais da atualidade” (Natoli, 1934, p. 73).

¹⁴ No original: “il giornalismo ha perduto la tradizionale fisionomia di facile mestiere, e s'è fatto palestra di responsabilità non solo politica, ma anche, e principalmente morale. . . . Non son più tempi in cui la cronaca nera, e la calunnia, bastavano a sufficienza per formare il giornale. Il fascismo ponendo il concetto della vita, della società e della Patria, su basi essenzialmente etiche s'è fatto l'anima di valori, nuovi, originali e grandi. Per chi vuol scrivere non manca quindi la materia, ma il posto è negato necessariamente agli spiriti vuoti e malevoli”.

O JORNALISMO COMO OBJETO DE CIÊNCIA DO ESTADO – PAOLO ORANO

Encarregado da cátedra aberta em Perúgia, Paolo Orano (1875-1945) só em parte seguiu este programa, despertando críticas nos setores intelectuais

do regime que desejavam uma abordagem de viés mais objetivo e tecnocrático, tanto quanto entre os que desejavam que ela se mantivesse dentro do viés moral e educativo (Marzo, 1932; Munello, 1931; Rivoire, 1932). Velho militante do partido, articulou o autor um pensamento jornalístico muito mais sofisticado que o pretendido pelos seus oficiais, ainda que sem, essencialmente, se afastar da concepção de mundo fascista (cf. Orano, 1939, 1940).

Segundo seu ver, o estudo do jornalismo deve ser entendido como “disciplina política, cátedra de propaganda e polêmica, com a missão de aprofundar a análise das relações entre publicismo, isto é, jornalismo e poder” (Orano citado em Dresler, 1939, p. 8). A erudição não pode ser inerte: o estudo do assunto também deve ser preparação militante para, além da compreensão, a intervenção no jornalismo. “A visão fascista e bem nutrida das manifestações jornalísticas no seio da sociedade moderna [por nós defendida] deve se tornar arma intelectual [entre os interessados]” (Orano, 1928, p. 456).

Havia muito mais, no entanto, em seu ensinamento, responsável pela articulação, referida ao jornalismo, de pensamento em que convergiam tendências antinômicas¹⁵. Influenciado pelas doutrinas organicistas de origem romântica, constava de seu programa a ideia de que ele deve ser estudado em relação “à conexão entre fato e ideia, entre fato e juízo, entre necessidade e ilusão, entre opinião pública e poder político, entre mentalidade e conduta coletivas, entre interesses e idealidades; em suma, entre alma e vida” (Orano, 1928, p. 471). Significa, em seu caso, que o jornalismo precisa ser pensado historicamente, pelo fato de ter origem na conversação humana e se desenvolver com a transformação da crônica em atividade cada vez mais regular, sistemática e disciplinada através da qual se disputa e se comanda a opinião pública.

Apesar de levar em conta a história e a cultura, todavia convém notar que as fundações de sua teoria foram por ele apresentadas noutra registro. Para Orano (1928), o jornalismo é matéria de estudo da ciência política, por sua vez interpretada como saber de Estado. A razão para ser tratada é que,

atividade essencialmente política, o jornalismo moderno se desenvolve ao máximo, no tocante à eficácia, a partir do momento em que a opinião pública se torna uma potência com a qual o governo, o regime político, deve tratar e à qual pode inclusive sucumbir¹⁶. (p. 457)

Olhando apenas para sua lição de posse de cátedra (Orano, 1928), pretendeu-se opor as doutrinas de Orano e Fattorello, sustentando que, enquanto este entendia o jornalismo como uma espécie de função social e literária presente em todos os tempos, aquele restringiria o termo à época de desenvolvimento

¹⁵ Sobre Orano, polígrafo de longa trajetória, parece haver pouca literatura especializada. Cf. Battini (2016, pp. 111-144): “The Dark Core of Italian Civilization: Fascism and the Path of Paolo Orano”. Cf. Fabri (2013). Faltou-nos acesso à tese de Cesar Maraglio, *Il Fascista Paolo Orano, giornalista e primo storico del giornalismo (1919-1945)*, defendida na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Milão (2001).

¹⁶ No original: “Il giornalismo, che è attività politica essenzialmente moderna, sviluppa il massimo della sua efficacia nei momenti nei quali l'opinione pubblica diventa una potenza con la quale il potere di governo, il regime politico, deve trattare e alla quale può anche soccombere”.

da imprensa tipográfica. Rodolfo Mosca (1930) foi um dos a argumentarem nesse sentido, defendendo que o jornalismo é um fenômeno essencialmente moderno, que só se define com a ascensão da imprensa e culmina com “o diário de informação contemporâneo”. Conviria evitar, por isso, sua identificação com outras formas de “julgar o mundo” e de “se expressar publicamente” (Mosca, 1930, p. 532; ver Panella, 1930; Piccioni, 1931; Ragnetti, 2015, p. 5).

Croce (1908) postulava que o jornalismo é algo distinto da poesia tanto quanto do saber sistemático, para defender que se faria bem evitando identificá-lo com a literatura tanto quanto com a ciência. Mosca (1930) aparentemente estava de acordo com ele ao afirmar que “a história do jornalismo não deveria se dilatar tanto a ponto de se confundir totalmente, sem resíduo, com a história da cultura” (p. 533). O estudo do jornalismo deveria se restringir às expressões culturais possuidoras de, pelo menos, publicidade e atualidade (p. 534).

Todavia, basta considerar que Orano julgava Júlio César jornalista (1933, pp. 59-66), Aretino cronista (1931, pp. 79-90) e os cruzados repórteres (1935, pp. 181-190), para que se dissipe o rigor da distinção entre seu enfoque e o de Fattorello. Orano repudiou as pretensões dos teóricos fascistas que desejavam reduzir o jornalismo à sua função educativa (Munello, 1931). Argumentava que ele também pode ter um sentido estético, constituir-se numa espécie de arte cotidiana e popular¹⁷, apesar de não desprezar o papel do que foi chamado de “personalidade publicística” pelo alemão Dovifat (1931/1959).

Para o italiano, a origem do jornalismo é coletiva, reside no que chamava de crônica, ou seja: o relato de fatos em evidência num determinado momento, a reportagem do vivido que apresentamos uns aos outros, a narrativa do presente com a qual uma comunidade preenche sua necessidade de conversa e convívio. O jornalismo é, em última instância, função de uma antropologia, diríamos. A humanidade vive sempre em meio à mistura de medos e desejos, curiosidades e temores, conhecimento e mistificação. A crônica a respeito dos episódios que pontuam esta experiência foi a primeira das muitas “manifestações das relações sociais e afetivas entre os indivíduos as quais o jornal se apropriou [ao ser inventado]” (Orano, 1933, p. 7; 1935, pp. 155-177).

O embrião do jornalismo está contido na mitologia e na literatura, esperando surgirem meios de publicidade mais abrangentes para adquirir sua própria expressão. A obra da imprensa é, com efeito, bem esta: constituí-lo como gênero à parte, a ponto de torná-lo o principal abrigo daqueles outros gêneros do ponto de vista do impacto e alcance. A pedagogia popular que o jornalismo exerce periodicamente é uma prova disso, não apenas porque cria uma ponte entre a alta e a baixa cultura, mas também porque não pode deixar

¹⁷ Orano é autor de conferência intitulada “O jornal como obra de arte” (Gallavotti, 1982, p. 48).

de influenciar moral e, mais tarde, politicamente a opinião pública surgida através de seu desenvolvimento.

Orano se deixou influenciar pelo pensamento romântico italiano, subscrevendo a ideia de que o jornalismo, responsável por enriquecer a “química do intelecto”, obedece, no tocante à palavra, ao “desejo da massa”. A instituição teria por base “a firmeza, a extensão e a multiplicidade do espírito [nacional] em sua vastidão e complexidade”, para usar os termos de um de seus propagandistas, Emilio Bodrero (1913, citado em Lanaro, 2011, p. 172).

A crônica ensinou o mito e a literatura, possuindo uma força poética que o jornalismo moderno não logrou suprimir, ao se deixar influenciar pelos movimentos políticos, se converter em forma de expressar a opinião e, por fim, tentar influir na consciência pública. O autor via no jornalismo uma forma, ainda que cada vez mais racionalizada, de literatura. O fato de o jornalismo passar a ser, com o advento dos tempos modernos, influenciado pela filosofia política não importou completa eliminação da poesia e da crônica. O cronista passou, com ele, a ser mais individualizado e racional, mas isso não significa que, com tanto, se perdeu de todo o diálogo da raça e a elaboração de suas tensões que subjazeriam aos seus relatos (Santangelo, 1933)¹⁸.

Apesar de não usar o termo, Orano enxergava no jornalismo uma forma de vida histórica e, como tal, instituição formada por diferentes camadas, das quais, conforme supostamente compreendia o fascismo, a mais relevante do ponto de vista da opinião pública, todavia, se tornara a política. Para ele (1928), embutido na crônica sempre houve um juízo dos fatos e, por isso, o jornalismo não pode jamais se resumir em coleta de informações e difusão de notícias; ele é influenciado pelas correntes históricas e exerce um poder político. “Jornalismo não é publicar periodicamente, embora isso lhe sirva de pressuposto”: antes disso, “é manifestação de crítica e de controle” que, arma de luta, “influi nos destinos formais e substanciais do poder [em uma nação]” (p.457).

Pelo dito, o fenômeno possui, mas não pode ser reduzido à sua função literária nem à informativa. O fascismo e a ciência política nele encarnada lembram que lhe é essencial a missão política. “O jornalismo é função polêmica, propagandística, proselitista; é juízo de alerta para a ação” (Orano, 1928, p. 456): “é apologia ou condenação, é pretensão de verdade e visa dominar a opinião pública” (Orano, 1935, p. 181).

Na visão do autor, a opinião pública é um agregado individual de natureza psicológica oriundo da dissolução das comunidades originárias, algo nascido com a modernidade, que o jornalismo, de um modo ou de outro, sintetiza e traz à consciência. Não por acaso, em 1940 Orano e seu assistente, Federico Perini Bembo (1909-2009), com outros se associaram para criar um instituto

¹⁸ Guarda muitas semelhanças com o fundamento das teorias do jornalismo dos japoneses Hasegawa e Tosaka (Rüdiger, 2017, pp. 191-194), seus contemporâneos, esta parte, igualmente essencial, do pensamento de Orano.

de pesquisa que, no pós-guerra, a converteria, para os sequazes, em objeto de estudo da chamada demodoxalogia (demo-doxa-logia), isto é, a ciência que estudaria a formação da opinião pública e suas variáveis intervenientes, como o jornalismo, do ponto de vista do Estado.

Orano conferiu à teoria do jornalismo a tarefa de legitimar a concepção fascista do jornalismo, ao usar a filosofia política e a análise histórica para, falando da imprensa, invalidar suas reivindicações liberais, sobretudo o direito de crítica, suas pretensões polêmicas e sua independência institucional. Tudo isso lhe dera vida e fez sua fortuna, mas agora precisaria ser posto de lado, argumentavam os teóricos do jornal do período. De acordo com eles, “antes do fascismo, muitos jornais haviam perdido quase todo o contato com a pátria, desenvolvendo uma atividade autônoma, por vezes contraproducente” (Barbieri, 1942, p. 220). O resultado foi um incentivo ao aprofundamento de crise social e política que não apenas ter-lhes-ia levado a perder a justificativa, mas estabelecido a necessidade de uma nova coordenação da atividade, visto que “o triunfo da opinião pública, da liberdade de imprensa, o excesso de direitos, de liberdade, a imprensa poderosa – tudo isso equivale à negação do poder [nacional]” (Orano, 1928, p. 451).

Apesar da ótica historicista, Orano (1928) não estava a salvo do mito do jornalismo todo-poderoso, afirmando que, em meio à democracia, “um simples artigo pode fazer cair um regime” (p. 461). Exceto no regime totalitário, nenhum governo mais teria como se defender da grande imprensa, caso ela se unisse e ele se recusasse a negociar. Nos regimes liberais, sustentava, a imprensa, uma vez que a conquistou, possui “o poder político originado de uma opinião pública feita partido” (p. 466).

As lutas de classe, sempre que entram em desacordo com os interesses da grande imprensa, levam-na a, por vezes, defender o governo ou mesmo deixar que este a comande (Orano, 1928, p. 462). A nação, todavia, não pode ficar na dependência de seus caprichos. “O jornalismo é uma força que pode se transformar em ação armada e decisiva contra o poder político” que este, sobretudo se é encarnação da vontade nacional e for mais forte, no caso, “precisa superar como se fosse um inimigo” (Orano, 1939, p. 212).

Segundo o estudioso, o jornalismo tem o poder de expandir nossos conhecimentos, agilizar as relações humanas e contribuir no aprimoramento de nossas ações; através dele, verifica-se uma difusão das artes, letras e ciências, o enriquecimento da consciência humana, a promoção da inteligência e da civilização. O problema é que, sujeito à especulação política e mercantil, é raro ele cumprir esta missão. Sua tendência, então, é contribuir para o rebaixamento da atividade política, o culto da celebridade barata e o surgimento de uma mentalidade privatista; servir ao regime que, desligando a imprensa de suas origens, a priva de sua missão nacional (Orano, 1928, pp. 465-469).

Antigamente a forma plástica e narrativa, a crônica, matizava sua forma seca e objetiva, a notícia, submetendo-se às influências e aos desígnios populares e nacionais, como argumento Orano. Quanto mais as agências especializadas começaram a influir numa imprensa convertida em negócio, seus aspectos nocivos, todavia, se eliciaram. Teria se consolidado a ilusão de que a notícia corresponde aos fatos e, com isso, a possibilidade de as forças em luta na sociedade liberal manipularem a opinião pública. Ocorre que “a notícia jamais é informação em sentido neutro e objetivo, termos de significado virtualmente incompreensíveis no jornalismo, mas antes apreciação, forma para o leitor avaliar e entender [o que está sendo relatado]” (Orano, 1928, p. 470).

Admitindo a inevitabilidade de sua presença, outro teórico do jornal daquele período afirmará que o veículo:

Por um lado, tem de reproduzir o que ocorre na vida do povo, da cidade, do público a quem se destina . . . mas, de outro, a este último interpela, servindo-se das mesmas notícias para lhe apresentar raciocínios e discussões, extraíndo delas tudo o que possa justificar ou condenar uma ou outra postura ideológica, para, em suma, viabilizar-se como obra de propaganda¹⁹. (Barbieri, 1942, p. 32)

Orano acatava a ideia, esclarecendo em sua conferência inaugural que:

A informação possui em si mesma um aspecto valorativo; é um modo de entender e avaliar [o assunto tratado]. Os leitores aceitam e fazem seu o modo como a notícia é redigida . . . A notícia impressa é totalmente distinta da comunicada por meio da voz . . . A formulação da notícia, o ponto do jornal em que é publicada, o fato de um a publicar e outro não, de um modo que varia de um para outro . . . – tudo tem grande importância [em sua assimilação]²⁰. (Orano, 1928, p. 470)

Significa que o jornalismo é sempre perigoso, mais que bom ou mal. A nação só pode ser salvaguardada pela submissão da imprensa ao comando do Estado. Os deveres da imprensa são sempre mais relevantes do que seus direitos. O noticiário precisa ser controlado pelo poder público para o bem da nação. A experiência ensina à teoria que a liberdade de opinião nos leva ao niilismo e debilita o poderio nacional (Orano, 1928, p. 471).

Embasada na antropologia e na história, a ciência política do jornalismo é, em última análise, doutrinária. Visa esclarecer o modo como se pode convertê-lo “em auxiliar responsável e íntegro da instituição nacional [representada pelo Estado]” (Orano, 1928, p. 455). O sociologismo pretensamente neutro e objetivo no saber não é melhor do que o subjetivismo que, exceto no regime fascista,

¹⁹ No original: “da un lato, deve riprodurre ciò che accade nella vita della gente, della città, del pubblico a cui è destinato . . . ma dall’altro parla invece al pubblico, servendosi delle stesse notizie per svolgere ragionamenti e discussioni, facendo dai fatti lo spunto per giustificare o condannare questa o quella posizione ideologica, compiendo insomma una opera di propaganda”.

²⁰ No original: “L’informazione ha di per sé stessa un carattere apprezzativo. È già un modo di intendere e valutare. I lettori accettano e fanno proprio il modo con cui le notizie sono redatte. . . . La notizia stampata è ben altra cosa da comunicata da voce. . . . La formulazione di una notizia, il punto del giornale in cui viene pubblicata, il fatto che questo e non quel giornale la pubblichi e redatta in questo più che in quel modo . . . – tutto ha una assai grande importanza”.

tende a dominar o jornalismo. A liberdade de imprensa não ajuda na formação da opinião pública que a nação necessita para fazer frente aos seus desafios e, por isso, o jornalismo é instituição que só pode ser bem avaliada do ponto de vista da prestação de serviço ao seu guardião: o Estado. “O poder político deve prevalecer sobre o poder da imprensa” (Orano, 1928, p. 474).

FRANCESCO FATTORELLO – PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA DO JORNALISMO

Paolo Orano fundamentou histórica e teoricamente, na Universidade de Perugia, a ciência política do jornalismo que o fascismo pretendeu desenvolver para, ato contínuo, passar a incentivar estudos sobre a formação da opinião pública e o papel que nela desempenha a imprensa (Gaeta, 1938; Perini, 1938). Admitido como livre-docente (1934) e, em seguida, promovido a professor associado (*libero docente confermato*) em história do jornalismo na Faculdade de Ciência Política da Universidade de Roma, Francesco Fattorello (1902-1985) se propôs a complementar este trabalho, em parte fazendo avançar a história da imprensa, noutra esboçando sistemática para o conhecimento do assunto. O jornalismo se convertera, na prática, em serviço do Estado – era preciso agora fazê-lo “se enquadrar em uma doutrina e submetê-lo à ciência” (Fattorello, 1938, p. 10)²¹.

A Itália fascista “determinara uma nova responsabilidade para o jornalismo” ao romper com os princípios a que ele obedecia na era liberal. Doravante, ele assumiria por inteiro “sua força política e nacional, entrando no vasto quadro do Estado” (Fattorello, 1936, p. 13). A universidade, obviamente, deveria tomar parte nisso, mas não se deve pensar que passe a ser tarefa dela formar profissionais do jornalismo. O papel que cabe à universidade é outro e mais nobre: tem a ver com a promoção do saber a seu respeito, já que ela se endereça aos que, além de pretenderem exercer funções dirigentes na vida pública e carreiras de Estado, almejam desenvolver o conhecimento da e para a nação (Fattorello, 1939b).

Conforme Fattorello diz no primeiro número da revista *Il Giornalismo*, “o maior órgão da autoconsciência jornalística do regime” (Isnenghi, 1979, p. 585), por ele mesmo fundado em 1939: “não é certo que uma e outra instituição, a profissional e a universitária, devam permanecer separadas; não se diz que elas não possam colaborar e que uma não deva trazer da outra elementos necessários para o seu próprio funcionamento” (Fattorello, 1939a, p. 73). Porém são distintas suas naturezas e objetivos. Fattorello estava sintonizado com Orano ao reiterar que seu ensinamento não teria caráter profissional, mas visaria sobretudo a formação teórica, tendo como horizonte o progresso do saber acerca de uma instituição definidora do Estado fascista (cf. Milan, 2012).

²¹ Sobre Fattorello, a literatura acadêmica, salvo engano, resume-se ao artigo de Ragnetti (2015): “Biography of Francesco Fattorello”, extraído de Ragnetti (2014).

Deixando de lado o ensino técnico e o treinamento profissional, o objetivo dos estudos seria conhecer o jornalismo nos seus elementos e inter-relações; aprofundar sua teoria e história; desenvolver “a ciência do jornalismo tal como aparece na obra de cientistas italianos e estrangeiros”, conforme Fattorello resumiu no editorial de lançamento da revista *Il Giornalismo* (1939a, p. 3). Perspectivas muito promissoras inclusive haviam se aberto em 1936, com a assinatura da aliança entre seu país e a Alemanha (Ragnetti, 2015, p. 7; cf. Valori, 1942).

Paolo Orano começara a cooperação com os alemães, recebendo Karl d’Ester e Adolf Dresler em Perúgia. Fattorello (1941), apoiador do projeto para criar uma associação europeia de estudo do jornal que os acadêmicos nazistas chegaram a planejar, seguiu com ela. Viajou mais de uma vez pelo Reich e conheceu vários de seus institutos de jornalismo. Havia que responder à crítica feita pelos eruditos alemães de que, apesar de “o futuro da imprensa italiana” ter se tornado, em boa parte, função “da possibilidade de elevar prática e teoricamente o nível da ciência da imprensa da Itália”, faltariam “aos centros existentes as condições necessárias para educar uma nova geração de jornalistas”. De acordo com o diagnóstico daqueles primeiros, o conhecimento especializado e a formação teórica dos jornalistas italianos ainda não teriam “conseguido ir além do que havia antes do aparecimento da referida ciência” (*Zeitungswissenschaft*, citado em Hamburger, 1939, p. 115; Isnenghi, 1996, pp. 311-314).

Inspirado no modelo alemão, o estudioso, em síntese, estabeleceu que haveria uma introdução às noções gerais e regras práticas da atividade jornalística de um modo que eventualmente poderia permitir aos interessados nos trabalhos acadêmicos associar sua experiência imediata – mas nada além disso. A universidade não abriria mão de suas responsabilidades para com a ciência e sua tarefa com o jornalismo não era outra que não a de produzir, aprofundar e ordenar conhecimentos, desenvolver princípios teóricos e, enfim, estabelecer uma ciência do jornalismo.

De acordo com Orano, a história do jornalismo era também “filosofia da história”, porque, hegelianamente, é esta: a história, que revela e fornece ao jornalismo sua doutrina. Fattorello a viu, de início, como disciplina puramente historiográfica, ramo da história política e literária. Diante do avanço de movimento internacional em favor do desenvolvimento de uma ciência do jornal, ele, contudo, reconheceu a conveniência de incluí-la em âmbito epistemologicamente mais abrangente. O jornalismo provara sua importância como objeto de história. “A exigência de estudar a história, entretanto, originou uma nova demanda: isto é, conhecer a ciência do jornalismo” (Fattorello, 1938, p. 2).

Todavia falando em jornalismo, no lugar de notícia (*Zeitung*), Fattorello estabelecera na lição inaugural do curso que oferecera em Udine (1929a) o entendimento, compartilhado com os alemães (D’Ester, 1928), de que aquele

não está necessariamente ligado à imprensa. Associando-o ao que outros estudiosos germânicos chamavam de publicismo (Rüdiger, 2019), identificou-o antes com a expressão pública das ideias, quaisquer que sejam o seu conteúdo e o seu suporte objetivo. A atividade “deve ser estudada em sua evolução, em suas manifestações, em todas as suas formas de expressão; olhando para as consequências que lhe são diretamente derivadas e que explicam a sua força, a sua função, a sua importância” (Fattorello, 1929a, p. 6).

Academicamente, o jornalismo era, na visão do autor, objeto de história, e esta se resume no estudo de todos os meios e instrumentos com os quais os seres humanos expressam o fenômeno psicológico da opinião pública através do tempo. Fattorello (1929a) assimilou a tese de Amerigo Namias (1922) segundo a qual “a imprensa, em especial a cotidiana, é a intérprete tanto quanto a artífice de opinião pública” (p. 149). O caso era apenas de retirar-lhe a cláusula temporal, que vinculava a função a um invento moderno, distinguindo entre imprensa e jornalismo. “A opinião pública foi durante muito tempo algo inaferrível, imponderável” (p. 148), como o sociólogo afirma, mas isso – que em parte segue valendo atualmente – cessa com sua publicidade, o aparecimento do que o outro chamava de jornalismo.

O estudioso chocou intelectuais e causou polêmica, vimos, ao postular que o jornalismo transcende a folha impressa, sendo muito mais do que aquilo que se entendia à época por jornal. Para ele, o fenômeno não se relaciona necessariamente com o papel, podendo se manifestar de múltiplas formas. A literatura, a arte e a ciência, sempre que tomadas em sua expressão e repercussão públicas, não são menos jornalismo do que os panfletos, comícios, revistas e jornais (Fattorello, 1930). O jornalismo, tão antigo quanto a sociedade, é uma só coisa com a história das ideias na medida em que estão em jogo a publicidade ou circulação daquelas últimas. A literatura e as artes com ele se confundem no momento em que circulam e provocam reações públicas em seus auditórios. O jornalismo é muito mais que mero registro de notícias, seria expressão em que se articula todo um “sistema espiritual e político” (Fattorello, 1929b, p. 14)²².

Fattorello trabalhou desde o início e de modo mais claro que Orano com a tese de que o jornalismo é uma atividade literária, não necessariamente ligada à imprensa, através da qual a opinião pública (um estado psicológico) ao mesmo tempo adquire expressão e se dispõe a ser influenciada. O estudo do jornalismo não se restringe ao jornal, incluindo todas as formas e instrumentos de manifestação e controle da opinião pública. Para ele, a opinião pública – categoria cuja propriedade seu colega, todavia, só admitia para os tempos modernos – está sempre sujeita à expressão jornalística. Trata-se de uma figura sociologicamente constante que, no entanto, só se manifesta via o que o estudioso chamava de

²² Giuliano Gaeta (1946) endossou a perspectiva, preconizando que a história do jornalismo seria o ramo da história que estuda o “fenômeno jornalístico”; isto é, o modo como as ideias, pouco importa o meio material, adquirem atualidade histórica, se convertem em informação e opinião pública, a partir de determinadas “necessidades coletivas”.

jornalismo. Os oradores romanos e viajantes medievais não seriam, portanto, menos jornalistas do que o pessoal de uma redação da atualidade.

Oriundo das áreas de letras e de direito, tornou-se o autor, antes de iniciar seu ensinamento em Roma, a mais importante autoridade nacional em história do jornalismo, publicando sucessivas monografias sobre suas origens e desenvolvimento na Itália (Ragnetti, 2015, pp. 5-6). Fattorello marcou época, ainda antes de fundar *Il Giornalismo* (1939-1942), fazendo da *Revista Literária*, por ele criada em Udine (1929-1938), um centro de convergência de interessados e o principal veículo para a divulgação dos trabalhos feitos na área. Em 1941, concebeu a publicação de ambiciosa trilogia sobre a história do jornalismo de seu país, fazendo reaparecer como primeiro volume a parte relativa às origens (Fattorello, 1937).

Chave em sua trajetória, no tocante ao que nos interessa neste artigo, é o texto “Rumo a uma ciência do jornalismo”, de 1938. Segundo o autor, os franceses e alemães estariam ensinando aos italianos que, para estudar o jornalismo, é preciso ir além das abordagens literária e histórica. A história é apenas um capítulo da ciência do jornalismo. “O jornalismo é um fenômeno complexo que precisa ser estudado não apenas pelo que foi, mas também do ponto de vista do que é, de como se apresenta em cada momento histórico” (Fattorello, 1938, p. 8). O aspecto literário, por isso, também não pode ser privilegiado, conforme ainda era voga entre seus conterrâneos. A função do jornalismo não é servir à literatura: ele, no máximo, lhe fornece e amplia espaços. O jornalismo precisa ser estudado em conexão geral com a vida, da qual a literatura é apenas uma parte, porque jornalismo é, antes de tudo, ação humana: esta que torna público o que era privado ou sigiloso (Fattorello, 1939b).

Afirmar que “o jornalismo é um fenômeno social, porque contribui para formar a opinião pública e ao mesmo tempo, respeitados certos limites, ser por ela influenciada” (Fattorello, 1938, p. 8), todavia, não esclarece como se desenvolve o exame do assunto; é apenas um ponto de partida. Fattorello tinha consciência de que não estava avançando muito ao firmar tal ponto, mas cabe reconhecer seu mérito de, sem lançar mão do termo, ter pensado a ciência do jornalismo em bases que hoje diríamos interdisciplinares (cf. Franklin et al., 2005, p. 128).

Em seu ver, o jornalismo não pode ser estudado de um único ponto de vista, constituindo objeto de conhecimento obtido através da convergência e eventual síntese de diversas disciplinas. Os jornais precisam ser examinados pela ciência política, porque são instrumentalizados pelos partidos e governos; pelas ciências jurídicas, porque as autoridades legislam sobre a imprensa e esta influencia as ações legislativas e judiciais; pela ciência econômica, porque podem depender de organização industrial e comercial que, por sua vez, lhes impõem circunstâncias etc.

Um instituto que se proponha a desenvolver estudos de jornalismo não poderá prescindir de uma estrutura organizacional onde todos estes e outros ramos do saber sejam representados e possam dar, cada um de seu modo, uma contribuição²³. (Fattorello, 1938, p. 9)

²³ No original: "Un istituto che si proponga questo genere di studi giornalistici non potrà prescindere da una organizzazione dove tutte queste ed altre branche siano rappresentate e rechino, ognuna per la propria parte, il particolare contributo".

Quanto aos métodos, a pesquisa deve, por um lado, recorrer à estatística, porque não há ciência sem dados, sem saber ao certo quais e quantos são os jornais ou suas manifestações, por onde e em que volume circulam, quem e quantos são seus leitores e ouvintes etc. De outro, proceder ao que chamaríamos de hermenêutica, pois afigura-se igualmente essencial para a ciência a seu respeito saber as causas, os objetivos e os efeitos, isto é, a ação das obras jornalísticas.

A ciência deve perguntar sobre o modo como o jornal, objetivamente, se comporta e funciona, tanto quanto sobre as forças e partidos que ele representa, o sentido de suas ações e os efeitos que ele pode provocar em seu auditório. A tarefa final a projeta em plano sistemático, consistindo em descobrir "as leis com base nas quais a imprensa ajuda a formar a opinião pública" (Fattorello, 1942, p. 15) e, como anos antes anunciado, saber "a lógica a que suas várias transformações obedecem" (Natoli, 1934, pp. 76-82).

A investigação teórica estava também incluída, conforme demonstram a reavaliação do significado do jornalismo e a revisão do desdém dos seus cientistas em relação à presença nele do elemento da informação promovida pelo autor com o início da guerra. O conflito armado provava que era também dever seu colaborar com as forças armadas e "proporcionar ensinamentos e informações úteis ao exercício da imprensa e da propaganda" (Fattorello, 1942, p. 14; cf. Sangiovanni, 2012, pp. 227-304).

Fattorello protestou contra o fato de a crônica, que estendera sua influência ao rádio (Sangiovanni, 2012, pp. 213-214), ter assumido nesta conjuntura um cunho essencialmente noticioso. No entanto, logrou notar que, forçado pelos acontecimentos, o jornalismo mudara de função, tivera de abdicar de seu papel educativo. Fora ele, até 1922, o quarto poder da sociedade que, em seguida, a revolução nacional converteria em serviço prestado ao Estado. Vinte anos depois, a preocupação com o fato de muitas pessoas supostamente revelarem enorme impressionabilidade à notícia²⁴ e esta mesma ter se transformado em meio de guerra contra seu país impunha à ciência a necessidade de desenvolver um novo tipo de estudo: saber como se manipula a informação e, por meio deste conhecimento, ajudar na transformação da imprensa em quarta arma do Estado (Arnold, 1998; Corner, 2012, pp. 201-287; Fattorello, 1942; Isnenghi, 1980).

De acordo com os teóricos fascistas, o jornalismo era, por definição, exercício de um ponto de vista político, através do qual os fatos seriam, de um ou

²⁴ O crescente distanciamento entre os sucessivos investimentos do regime em propaganda e as reações da população aos seus estímulos no tocante aos fatos da vida nacional têm sido, em geral, negligenciados pelos estudiosos italianos, começando por Cannistraro (1975) e Murialdi (1980). Apesar de exagerar no sentido oposto, já em 1939 um relatório do serviço de informações dava conta que "as pessoas estão considerando verdade absoluta o que as emissoras de rádio estrangeiras difundem, e riem dos artigos publicados em nossos jornais, nos quais ninguém acredita mais" (Corner, 2012, p. 234).

outro modo, apresentados e avaliados para o público. O relato objetivo dos acontecimentos que ele às vezes pretende ser não está ao seu alcance, pois as informações, quaisquer que sejam, jamais ficam sem efeito. A notícia sempre as elabora e distingue, as comenta e situa em ambiente ideológico, comprometendo seus sujeitos com a “política da verdade” vigente em cada momento da história, como disse o chefe de redação do *Corriere della Sera* e oficial de propaganda do regime Aldo Valori (1942).

CONCLUSÃO

Houvesse mais espaço seria o caso de desenvolver, em uma última seção, o modo como os acadêmicos fascistas tentaram aprofundar o esboço de fundamentação epistemológica da ciência do jornalismo proposta por Fattorello. Orano e ele ocuparam as cátedras de história do jornalismo criadas ou reconhecidas pelo regime entre 1922 e 1943. Entretanto, devemos lembrar que, no período estudado, também foi aceita a livre-docência na área pelas universidades de Trieste, Pádua, Ferrara e Roma²⁵, com o que se esboçou o surgimento de uma comunidade acadêmica interessada em desenvolver a ciência do jornalismo.

Acadêmico de confiança de Orano, o referido Perini Bembo integrava este coletivo, tendo marcado presença ao propor que esta ciência era, na verdade, o que começou, em 1940, a chamar de demodoxalogia: o estudo da opinião e seus fatores intervenientes (do ponto de vista de uma ciência a serviço do Estado). Iniciada a Guerra, tornara-se estratégico não apenas analisar a imprensa, mas, através de trabalho de campo com pessoal disfarçado, “escutar as massas”: era preciso “saber para informar e informar para formar” (Zarzaca, 2007, p. 1; cf. Rinauro, 2002, pp. 105-184).

Giuliano Gaeta (1904-1988), posteriormente militante da resistência à ocupação nazista do Friul, havia estudado em Trieste a forma como a I Guerra impactara as relações entre a imprensa e a opinião pública de língua italiana na mesma região, então território da Áustria (Gaeta, 1938; Predonzoni, 1940; Tuono, 1940). Perini Bembo levantou, na introdução ao seu projeto de estudo sobre a imprensa veneziana na era das revoluções (Gaeta, 1940; Perini, 1938; Piccioni, 1939), a tese de que, como os governos, as revoluções são sempre obra de uma minoria que, todavia, só pode triunfar se obtiver apoio popular, no caso, se souber manejar com a imprensa.

Fundador do Movimento Social Italiano (1946) e representante da legenda neofascista no parlamento italiano durante dois mandatos, Michele del Vescovo (1915-1993) fazia parte de seu grupo, dentro do qual procurou insuflar, nos anos de auge do regime, sua convicção de que era hora de formalizar o estudo

²⁵ Ainda integrava a área a Universidade Católica de Milão, onde, desde 1928, Giuseppe della Torre (1885-1967), diretor do *Osservatore Romano*, dava periodicamente cursos de introdução ao jornalismo. Observe-se que a postulação da autonomia científica para os estudos de jornalismo não era consensual entre seus interessados (cf. Barbieri, 1942, pp. 13-14; Gaeta, 1946).

científico do jornalismo. Para ele, a teoria da ciência “deve dar ao [estudioso do] jornalismo uma estrutura [conceitual] unitária que lhe permita julgar adequadamente todos os fenômenos sociais e lhes exprimir de acordo com a finalidade do organismo estatal em que ocorrem” (1938, 1939a, p. 38, 1939b).

Inclinado à epistemologia, Vescovo argumentou que não há ciência sem a devida “teoria geral” a seu próprio respeito. Privada dela, a pesquisa pode revelar um amontoado de fatos, mas não nos oferece conhecimento científico, o qual deve ser sistemático, sob pena de ser outra coisa. Influenciado pela filosofia de Gentile e, através deste, por Hegel, o autor, no entanto, salientou que este saber não paira no vazio, visto se situar na história – o que, na ciência do jornalismo, significa sua mediação pela economia, pelo Estado, pela ideologia e pelos valores (1938, 1939a). A conclusão, portanto, seria a de que o estudioso do jornalismo deve confrontar o real e o ideal: no caso, o modo como a imprensa (hegelianamente pensada) se ajusta ou não à doutrina implantada ou não pelo Estado dominante em cada período da história (Vescovo, 1941).

Nesta altura, todavia era a práxis mesma que se encarregava de minar as bases em que os acadêmicos italianos desenvolviam os princípios de sua ciência do jornalismo. Avançando a Segunda Guerra, o país se viu forçado a encarar a destruição das circunstâncias que o fascismo tentara lhe impor. Após o afastamento de Mussolini e a proclamação da República Social Italiana (1943), *Il Giornalismo*, atrasada em sua publicação, não veio mais à lume. Fattorello suspendeu seus cursos em Roma e retornou a Udine. Em Perúgia, a faculdade fascista foi fechada (1944), dispensando-se os professores da área de jornalismo. Paolo Orano acabou detido em campo de concentração e, já liberado, veio a falecer menos de um ano depois. Visto como obra da Itália fascista, o jornalismo acadêmico saiu desprestigiado da época de Guerra.

Fattorello escapou à depuração política e voltou à universidade, precisamente à Faculdade de Ciências Estatísticas, onde, entretanto, passou a conceber o jornalismo como uma entre outras das técnicas de *informação*, no marco de nova disciplina: a publicística (Fattorello, 1953, 1961; De Gregorio, 1960/1966). Diretor de folha antissemita durante a Guerra, Carlo Barbieri (1907-1985) assumiu livre-docência em jornalismo na Faculdade de Ciências Políticas da mesma universidade, mas redirecionou o ensino para a análise da propaganda internacional (Barbieri, 1967).

Detido para averiguações e ameaçado de fuzilamento pelos aliados, Perini Bembo conseguiu fugir de campo de prisioneiros, obteve absolvição e logrou retornar à Universidade de Roma, passando a trabalhar o jornalismo no âmbito da citada *demodossologia*. Já Michele del Vescovo se tornou professor da mesma

matéria na Universidade Pro Deo, em Roma, aberta em 1946 com fundos de agência de inteligência norte-americana pelo jesuíta belga Félix Morlion (1946), especialista em guerra psicológica e propaganda política, para combater o avanço do comunismo.

Saindo da clandestinidade, para onde fora após breve encarceramento no final da era fascista, Giuliano Gaeta manteve a livre-docência na Faculdade de Ciência Política de Trieste, todavia limitando sua atividade à historiografia tradicional (Gaeta, 1951-1955). Fundou naquela cidade, em 1951, um Instituto Nacional para a História do Jornalismo. Entregue às escolas profissionais não governamentais o preparo para o mercado de trabalho, a contribuição universitária ao ensino de jornalismo por muito tempo se restringiu ao oferecimento de formação complementar e cursos de especialização em temas de interesse para a categoria (Fattorello, 1960).

Do projeto italiano de constituir, em bases interdisciplinares, uma ciência do jornalismo, nada restou, ao que parece tudo se perdeu. A pretensão de fundá-la teoricamente em uma doutrina política de Estado de viés totalitário implodiu, ao retornar o país à democracia.

Como na Alemanha, seus antigos sujeitos procuraram se desassociar de um saber cuja imagem, em parte, estava presa a um período que se tornara sombrio e, noutra, mas conjuntamente, jamais teve apelo maior quer entre os jornalistas profissionais, quer entre a intelectualidade acadêmica tradicional.

Visando preencher seu vazio, surgiram novas senhas, passou-se a falar em propaganda e informação, não tendo prosperado o termo publicística. Durante os anos 1970, impulsionados pela americanização de suas instituições, os italianos passaram a se referir à comunicação (Trupia, 1992).

REFERÊNCIAS

- Allotti, P. (2012). *Giornalisti di regime*. Roma, Itália: Carocci.
- Allotti, P. (2014). La storia del giornalismo in Italia. *Mondo contemporaneo*, (3), 107-128.
- Allotti, P. (2017). *Quarto Potere*. Roma, Itália: Carocci.
- Amicucci, E. (1928). Scuola di giornalismo. *Nuova Antologia di lettere, scienza ed arti*, (63), 71-90.
- Amicucci, E. (1935). G. B. Bottero, *giornalista del Risorgimento*. Turim, Itália: SET.
- Amicucci, E. (1938). *La stampa della rivoluzione e del regime*. Milão, Itália: Mondadori.
- Arnold, V. (1998). *Illusions of victory*. Nova York, NY: Lang.
- Assante, A. (1937). *Il giornale e il giornalismo di stato*. Nápoles, Itália: Morano.

- Barbagallo, F. (1995). *Da Crispi a Giolitti*. In G. Sabbatucci, & V. Vidotto (Orgs.), *Storia d'Italia* (Vol. 3, pp. 3-133). Roma, Itália: Laterza.
- Barbieri, C. (1941). Ritornerà il quarto potere? *Il Giornalismo*, 1(2), 77-79.
- Barbieri, C. (1942). *Storia e vita del giornale*. Pádua, Itália: Cedam.
- Barbieri, C. (1967). *Quarto potere negli Stati Uniti*. Bolonha, Itália: Capelli.
- Battini, M. (2016). *Socialism of fools*. Nova York, NY: Columbia University Press.
- Ben-Ghiat, R. (2001). *Fascist modernities*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Berezin, M. (1997). *Making the fascist self*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Calamandrei, P. (2014). *Il fascismo come regime della menzogna*. Roma, Itália: Laterza. (Obra original publicada em 1944)
- Cannistraro, P. (1975). *La fabbrica del consenso*. Bari, Itália: Laterza.
- Ciccotti, E. (1918). Una scuola di giornalismo. *Rivista d'Italia*, 21(9), 62-71.
- Corner, P. (2012). *The fascist party and public opinion*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Croce, B. (1908). Il giornalismo e la storia della letteratura. *Critica*, (6), 235-237.
- D'Ester, K. (1928). *Zeitungswesen*. Breslávia, Polônia: Hirt.
- De Felice, R. (1978). *Explicar o fascismo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- De Gregorio, D. (1966). *Metodologia del periodismo*. Madrid, Espanha: Rialp. (Obra original publicada em 1960)
- Di Nucci, L. (2011). La facoltà di scienze politiche in Italia e il caso de Perugia. In V. Comparato, R. Lupi & G. Montanari (Orgs.), *Le scienze politiche* (pp. 71-84). Roma, Itália: Franco Angeli.
- Dogliani, P. (2017). *El fascismo de los italianos*. Valência, Espanha: PUV.
- Dovifat, E. (1959). *Periodismo*. Cidade do México, México: Uteha. (Obra original publicada em 1931)
- Dresler, A. (1939). *Mussolini giornalista*. Roma, Itália: Pinciana.
- Drespi, M. (1933). *Alcuni problemi vitali del giornalismo fascista*. Roma, Itália: Senado da Reppublica.
- Duggan, C. (2007). *The force of destiny*. Nova York, NY: Mifflin.
- Fabri, G. (2013). Paolo Orano. *Dizionario Biografico degli Italiani* (pp. 395-402). Roma, Itália: Istituto della Enciclopedia.
- Fattorello, F. (1929a). *La funzione storica del giornalismo*. Roma, Itália: Rivista Letteraria.
- Fattorello, F. (1929b). Gli studi sulla storia del nostro giornalismo. *Rivista Letteraria*, 1(2), 13-14.
- Fattorello, F. (1930). Discussione sul concepto di storia del giornalismo. *Il Marzocco*, 35(12), 4.
- Fattorello, F. (1933). Scuole di e storia del giornalismo. *Rivista Letteraria*, 4(3), 18.

- Fattorello, F. (1936). Il giornalismo italiano nei periodi della sua storia. *Rivista Letteraria*, 8(1), 1-14.
- Fattorello, F. (1937). *Il giornalismo italiano dalle origini agli anni 1848-1849*. Udine, Itália: Edizioni Accademiche.
- Fattorello, F. (1938). Verso una scienza del giornalismo. *Rivista Letteraria*, 10(3), 1-11.
- Fattorello, F. (1939a). Le scuole professionali e gli istituti universitari di giornalismo, *Il Giornalismo*, (1), 73-82.
- Fattorello, F. (1939b). L'Insegnamento di storia del giornalismo nella facoltà di scienze di Roma. *Il Giornalismo*, (2-3), 75-79.
- Fattorello, F. (1940). L'Insegnamento di giornalismo presso l'Università di Zurigo. *Il Giornalismo*, 2-3, 54-60.
- Fattorello, F. (1941). Für eine italienische Zeitungswissenschaft. *Zeitungswissenschaft*, 16(3), 150-156.
- Fattorello, F. (1942). Giornalismo, quarta arma. *Il Giornalismo*, (1-2), 14-22.
- Fattorello, F. (1953). Dagli studi sul giornalismo agli studi sulla pubblicistica generale. *Saggi e studi di pubblicistica*, (1), 1-8.
- Fattorello, F. (1960). Gli studi sull'informazione in Italia. *Publizistik*, (6), 41-54.
- Fattorello, F. (1961). Orientamenti e vicende della storia del giornalismo. *Accademie e Biblioteche d'Italia*, 22(2), 147-155.
- Fattorello, F. et al. (1933). Giornali e giornalismo. In: *Enciclopedia Italiana: Treccani* (Vol. 17, pp. 184-209). Milão, Itália: Bestetti.
- Forno, M. (2003). *Fascismo e informazione*. Alexandria, Itália: Edizione dell'Orso.
- Forno, M. (2005). *La stampa del ventennio*. Soveria Mannelli, Itália: Rubbettino.
- Forno, M. (2012). *Informazione e potere*. Roma, Itália: Laterza.
- Franklin, B. et al. (2005). *Key concepts in journalism studies*. Londres, Inghilterra: Sage.
- Gaeta, G. (1938). *Trieste durante la guerra mondiale*. Trieste, Itália: Delfino.
- Gaeta, G. (1940). Giornalismo ed opinione pubblica nella Rivoluzione di Venezia. *La Porta Orientale*, 10(4-6), 191-193.
- Gaeta, G. (1946). "Fenomeno giornalistico" e "Storia del giornalismo". Trieste, Itália: Editora da Universidade.
- Gaeta, G. (1951-1955). *Manuale di storia del giornalismo* (2 Vol.). Trieste, Itália: Delfino/Borsatti.
- Gallavotti, E. (1982). *La scuola fascista di giornalismo*. Milão, Itália: Sugar.
- Gentile, E. (1982). *Il mito dello stato nuovo*. Roma, Itália: Laterza.
- Gentile, E. (1993). *Il culto del litorio*. Roma, Itália: Laterza.
- Gentile, E. (1996). *L'origine dell'ideologia fascista*. Milão, Itália: Mulino.
- Gentile, E. (2002). *Fascismo, storia e interpretazione*. Roma, Itália: Laterza.

- Gentile, G. (1927). Stampa fascista e responsabilità di partito. *Educazione fascista*, 1(2), 100-102.
- Goria, G. (1907). Il giornalismo contemporaneo. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali e Disciplin Ausiliare*, 43(170), 203-207.
- Gramsci, A. (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1930)
- Grazia, V. (1981). *The culture of consent*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gregor, J. (1969). *The ideology of fascism*. Nova York, NY: Free Press.
- Hamburger, E. (1939). La science de la presse en Italie. *Etudes de Presse*, 2(1), 114-116.
- Heidegger, M. (1995). *Caminos de Bosque [Holzwege]*. Madrid, Espanha: Alianza. (Obra original publicada em 1938)
- Isnenghi, M. (1979). Storia e autocoscienza del giornalismo fascista. *Problemi dell'informazione*, 4(4), 579-598.
- Isnenghi, M. (1980). Russia e campagna de Russia nella stampa italiana. *Italia Contemporanea*, (130), 25-47.
- Isnenghi, M. (1996). *La Italia dell fascio*. Florença, Itália: Giunti.
- Lanaro, S. (2011). *Retorica e politica*. Roma, Itália: Donzelli.
- Mandel, E. (1987). *El fascismo*. Madrid, Espanha: Akal. (Obra original publicada em 1974)
- Mann, M. (2008). *Fascistas*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Marzo, C. (1932). Per un giornalismo fascista. *Critica fascista*, 10(6), 108-109.
- Mazzatosta, T. (1978). *Il regime fascista tra educazione e propaganda*. Bolonha, Itália: Cappelili.
- Milan, M. (2012). La sfida della formazione al giornalismo. In M. Falchi (Org.), *La Facoltà de Scienza Politiche – 40 anni* (pp. 127-139). Genova, Itália: GUP.
- Morlion, F. (1946). *El apostolado de la opinión pública*. Buenos Aires, Argentina: Excelsa.
- Mosca, R. (1930). Storia del giornale e del giornalismo. *La parola e il libro*, 8(11), 532-534.
- Munello, B. (1931). Canaglie, venturieri, apostoli del giornalismo. *Vita Nova*, (8), 626.
- Murialdi, P. (1980). *La stampa del regime fascista*. Roma, Itália: Laterza.
- Murialdi, P. (1996). *Storia del giornalismo italiano*. Bologna, Itália: Mulino.
- Namias, A. (1922). L'opinione pubblica. *Nuova Antologia di lettere, scienze ed arti*, (57), 148-154.
- Natoli, F. (1934). La scienza del giornalismo. *Vita Italiana*, 22(250), 71-84.
- Orano, P. (1928). Verso una dottrina storica del giornalismo. *L'Eloquenza*, 18(56), 451-474.

- Orano, P. (1931). *Canaglie, venturieri, apostoli del giornalismo*. Milão, Itália: Corbaccio.
- Orano, P. (1933). *Croniche del rumore e del silenzio*. Milão, Itália: Corbaccio.
- Orano, P. (1935). *Giornali, pubblico, potere*. Roma, Itália: Pinciana.
- Orano, P. (1939). *Il fascismo* (Vol. 2). Roma, Itália: Pinciana.
- Orano, P. (1940). *Saggi di storia del giornalismo*. Perúgia, Itália: Facultad Fascista de Ciencia Política.
- Panella, A. (1930). Spunti di storia del giornalismo. *Il Mazzorco*, 35(18), 2-3.
- Paris, R. (1993). *Os fascismos*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Parisi, P. (1919). *Il giornale e il giornalismo*. Napoli, Itália: Giannini.
- Pedrezza, P. (1937). *Giornalismo di Mussolini*. Milão, Itália: Zucchi.
- Perini, F. (1938). *Giornalismo ed opinione pubblica nella Rivoluzione di Venezia*. Pádua, Itália: Società Cooperativa Tipografica.
- Piccioni, L. (1894). *Il giornalismo letterario in Italia*. Turim, Itália: Loescher.
- Piccioni, L. (1910). Le Scuole di Giornalismo. *Nuova Antologia di Lettere, Scienze ed arte*, (45), 286-298.
- Piccioni, L. (1920). *Il giornalismo*. Roma, Itália: Instituto de Propaganda da Cultura Italiana.
- Piccioni, L. (1931). Storia del giornalismo. *Nuova Antologia*, (66), 18.
- Piccioni, L. (1939). Storia del giornalismo. *Nuova Italia*, 17(4-5), 145-148.
- Predonzoni, E. (1940). Trieste durante la Guerra Mondiale. *La Porta Orientale*, 24(4), 327-333.
- Ragnetti, G. (2014). *Di Francesco Fattorello e del suo pensiero*. Pordenone, Itália: Safará.
- Ragnetti, G. (2015). Biography of Francesco Fattorello. In F. Fattorello, *The theory of social practice of information* (pp. 1-19). Londres, Inglaterra: Palgrave.
- Rassak, J. (1927). *Psychologie de l'opinion et de la propagande politique*. Paris, França: Rivière.
- Rinauro, S. (2002). *Storia del sondaggio d'opinione in Italia*. Veneza, Itália: Instituto Veneto.
- Rivoire, M. (1932). Giornalismo fascista. *Critica fascista*, 10(7), 134-136.
- Rizzo Vitale, G. (1934). *La stampa in regime fascista*. Messina, Itália: La Siciliana.
- Rüdiger, F. (2017). *Origens do pensamento acadêmico em jornalismo*. Florianópolis, SC: Insular.
- Rüdiger, F. (2019). *Síntese de história da publicística*. Florianópolis, SC: Insular.
- Sangiovanni, A. (2012). *La parole e le figure*. Roma, Itália: Donzelli.
- Santangelo, G. (1933). Croniche del rumore e del silenzio. *Bibliografia fascista*, 2(8-9), 699-701.

- Schneider, H. (1928). *Making the fascist state*. Nova York, NY: Oxford University Press.
- Talbot, G. (2007). *Censorship in Fascist Italy*. Londres, Inglaterra: Palgrave.
- Thompson, D. (1991). *State control in Fascist Italy*. Manchester, Inglaterra: Manchester University Press.
- Trupia, P. (1992). *La scuola italiana della comunicazione*. Roma, Itália: Bulzoni.
- Tuono, D. (1940). Partiti politici e opinione pubblica a Trieste durante la Guerra Mondiale. *Nuova Rivista Storica*, (24), 395-401.
- Valori, A. (1942). La stampa del tripartito a congresso. *Il Giornalismo*, (1-2), 5-13.
- Vescovo, M. (1938). Schema per una scienza del giornalismo. *Rivista Letteraria*, 10(3), 35-39.
- Vescovo, M. (1939a). Criterio di scienza e sue applicabilità agli studi giornalistici. *Il Giornalismo*, (1), 17-26.
- Vescovo, M. (1939b). La scienza del giornalismo come scienza morale. *Il Giornalismo*, (2/3), 28-42.
- Vescovo, M. (1941). Quando il giornalismo é industria. *Il Giornalismo*, (4), 5-16.
- Zamponi, S. (2003). *Lo spettacolo del fascismo*. Soveria Mannelli, Itália: Rubbettino.
- Zarzaca, B. (2007, 29 de setembro). Una storia dimenticata. Intelligence dell'Opinione Pubblica. Recuperado de <http://www.opinione pubblica.com>
- Zerbi, R., & Marzo, C. (1936). *Verso il giornalismo di stato*. Roma, Itália: Roma.
- Zunino, P. (2013). *L'ideologia del fascismo*. Milão, Itália: Il Mulino. (Obra original publicada em 1985)

Artigo recebido em 23 de janeiro de 2019 e aprovado em 21 de maio de 2019.

